

Por Alexandre Sammogini



João Luiz Fukunaga deixou o cargo de Diretor-Presidente da Previ na última sexta-feira (17/10) depois de dois anos e meio no comando da entidade. Ele assumiu a presidência da Previ em março de 2023 e durante sua gestão, implementou uma série de melhorias e conquistas para a Previ. Para substituí-lo, o Conselho Deliberativo da Previ aprovou o nome de Márcio Chiumento, que foi indicado pelo patrocinador, o Banco do Brasil. Ele vinha ocupando o cargo de Diretor de Participações da Previ. Em seu lugar, foi indicada Adriana Chagastelles, funcionária de carreira do Banco do Brasil.

Fukunaga vai assumir como Diretor de Relações Governamentais e ASG da EloPar, a convite da empresa. A holding, criada em 2015, tem o objetivo de viabilizar o crescimento das empresas do grupo, atuando como uma plataforma de integração e suporte estratégico para suas subsidiárias. Ele assume o desafio de fortalecer o relacionamento institucional do Grupo Elopar com órgãos governamentais, reguladores e entidades do mercado, além de impulsionar a agenda de sustentabilidade e ESG nas empresas do grupo, diz comunicado da Previ.



Ao longo de sua gestão, João Fukunaga liderou avanços significativos na modernização da entidade, no fortalecimento da governança, na valorização da diversidade e na aproximação com os associados. Sua atuação contribuiu de forma relevante para o desenvolvimento da Entidade e para o fortalecimento do sistema de previdência complementar fechada no Brasil.

Entre os principais avanços destacam-se, além do avanço significativo na gestão do Plano 1 com a aceleração na estratégia de imunização do passivo que reduziu entre 2023 e 2025, de 32% para 18% a alocação em Renda Variável do Plano 1, reforçando a liquidez e a aderência às obrigações do plano, as seguintes entregas:

- Desinvestimento em mais de 50 empresas desde 2024, incluindo a BRF, com reforço superior a R\$ 19 bilhões na carteira de títulos públicos, sendo R\$ 7 bilhões contratados, em 2025, a uma taxa média de inflação + 7,35%.
- Venda da participação na Neoenergia, com valorização de aproximadamente 20% sobre o valor de mercado das ações, resultando em reforço de cerca de R\$ 12 bilhões no caixa do Plano 1.
- Consolidação da estabilidade do Plano 1, com impactos positivos projetados para as próximas décadas.
- Atuação conjunta com entidades representativas junto a órgãos reguladores e ao Congresso Nacional para aprovação de medidas relevantes aos associados e ao sistema de previdência complementar:
- Lei 14.803/2024: atuação para aprovação da lei que permite aos participantes escolherem o regime de tributação (progressivo ou regressivo) no momento da aposentadoria ou resgate, e não mais na adesão ao plano. Essa mudança garante maior flexibilidade e segurança, permitindo ao associado optar pelo regime mais vantajoso conforme sua realidade futura.
- Resolução CMN 5202/2025: participação ativa para aprovação da norma que alterou a resolução 4994 e eliminou a obrigatoriedade de venda dos imóveis até 2030, preservando um patrimônio relevante e possibilitando sua gestão estratégica e planejada no longo prazo, sem pressões que poderiam depreciar ativos.
- PLP 68/2024 (Reforma Tributária): atuação para alteração do texto final, garantindo a isenção dos tributos IBS e CBS para as EFPC, evitando desequilíbrios financeiros e assegurando a integridade dos recursos destinados aos planos de benefícios.
- PLP 108/2024 (Reforma Tributária): atuação para exclusão da incidência do ITCMD sobre reservas recebidas por herdeiros e pensionistas, evitando uma tributação que poderia reduzir em até 12% os valores destinados às famílias dos associados, garantindo proteção

patrimonial.

- Resolução CNPC 43/2021: Contribuição para mudança que permite registrar títulos públicos federais como “mantidos até o vencimento”, reduzindo a volatilidade contábil causada pela marcação a mercado e trazendo maior estabilidade aos resultados dos planos.

Novos dirigentes - O Conselho Deliberativo já iniciou os trâmites para a posse do novo presidente, reforçando o compromisso da Previ com uma gestão técnica, responsável e alinhada às melhores práticas de governança.

Márcio Chiumento é graduado em Direito e possui MBA em Negócios Financeiros pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Funcionário de carreira do Banco do Brasil, desde 2000, atuou como Ouvidor-Geral do BB, gerente executivo na Diretoria de Atendimento e Canais, gerente de administração na Superintendência de Varejo, administrador de agências e consultor de investimentos nos segmentos Private e Alta Renda. Atualmente, integra o Conselho de Administração da Neoenergia e é vice-presidente do Conselho de Administração da Tupy.

Adriana Chagastelles é funcionária de carreira do Banco do Brasil e associada do Plano 1, Chagastelles atua na Previ há quase três décadas. Ela é a primeira mulher indicada pelo Banco para um cargo de direção na entidade. Ela é graduada em Administração e mestre pelo Ibmec. Antes da nova função, liderou áreas estratégicas como Administração Imobiliária e Secretaria Executiva de Governança. Em sua trajetória, passou pelas gerências de Participações Mobiliárias, Mercado de Capitais e Investimentos Estratégicos, além de atuar como conselheira em diversas empresas participadas da Previ.

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 21.10.2025.